



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Fazenda*

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT  
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª  
CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 14 (catorze) dias do mês de dezembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 36ª (trigésima sexta) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Foi lida e aprovada a ata da 35ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/996/2018– Auto de Infração nº 1/201720120. RECORRENTE: QUIMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RESINAS. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário, dar-lhe provimento e, também, por unanimidade de votos, modificar a decisão condenatória exarada na instância singular para julgar **IMPROCEDENTE** o feito fiscal, com fundamento no Dec. nº 32.882/2018 que alterou o art. 157 e Parágrafo Único do art. 158 ambos do Decreto nº 24.569/97, combinado com o art. 106, II, “b” do CTN. Considerando o § 9º do art. 84 da Lei 15.614/2014, não foram apreciadas as preliminares de nulidade, alegadas pela autuada. Decisão nos termos do voto do Conselheiro relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e conforme a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso os representantes legais da recorrente, Dr. Carlos César Sousa Cintra e Dr. Thiago Matos Linhares. **Processo de Recurso Nº 1/997/2018– Auto de Infração nº 1/201720117. RECORRENTE: QUIMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RESINAS. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** Resolvem os membros

da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário, dar-lhe provimento e, também, por unanimidade de votos, modificar a decisão condenatória exarada na instância singular para julgar **IMPROCEDENTE** o feito fiscal, com fundamento no Dec. nº 32.882/2018 que alterou o art. 157 e Parágrafo Único do art. 158 ambos do Decreto nº 24.569/97, combinado com o art. 106, II, “b” do CTN. Considerando o § 9º do art. 84 da Lei 15.614/2014, não foram apreciadas as preliminares de nulidade, alegadas pela autuada. Decisão nos termos do voto da Conselheira relatora, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e conforme a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso os representantes legais da recorrente, Dr. Carlos César Sousa Cintra e Dr. Thiago Matos Linhares. **Processo de Recurso Nº 1/999/2018– Auto de Infração nº 1/201720106. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: QUIMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RESINAS. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário, negar-lhe provimento e, **em relação a alegação da parte de que a documentação que acobertava as mercadorias, questão desta autuação, se refere a DANFEs, e que não há exigência de selagem dos mesmos, conforme art. 127 do Dec. nº 24.569/97** – afastada por unanimidade de votos, considerando que o DANFE é um documento auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, sendo sua função acompanhar a circulação de mercadoria para controle do fisco, portanto, obrigatório informar o número do selo fiscal da NFe correspondente. **No mérito**, a 3ª Câmara resolve por unanimidade de votos confirmar a decisão proferida pela 1ª Instância que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação fiscal, aplicando para as Notas Fiscais não escrituradas o art. 123, III, “m” da Lei nº 12.670/96 alterado pela Lei nº 16.258/2017 (20%) e para as Notas Fiscais escrituradas o art. 123, III, “m” combinado com o § 12 da Lei nº 12.670/96 alterado pela Lei nº 16.258/2017(2%). Vale destacar que durante a ação fiscal não existiu cobrança do ICMS nas operações autuadas. Nos termos do voto do Conselheiro Relator em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, manifestou-se pela parcial procedência, aplicando para as Notas Fiscais não escrituradas o art. 123, III, “m” da Lei nº 12.670/96, com a redação à época do fato gerador e, para as Notas Fiscais escrituradas, acatando a decisão monocrática. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso os representantes legais da recorrente, Dr. Carlos César Sousa Cintra e Dr. Thiago Matos Linhares. **Processo de Recurso Nº 1/1000/2018– Auto de Infração nº 1/201720104. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e QUIMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RESINAS. RECORRIDO: AMBOS. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário e do Recurso Ordinário e, **em relação a alegação da parte de que a documentação que acobertava as mercadorias, questão desta autuação, se refere a DANFEs, e que não há exigência de selagem dos mesmos, conforme art. 127 do Dec. nº 24.569/97** – afastada por unanimidade de votos, considerando que o DANFE é um documento auxiliar do Nota Fiscal Eletrônica, sendo sua função acompanhar a circulação de mercadoria para controle do fis-

co, portanto, obrigatório informar o número do selo fiscal da NFe correspondente. **No mérito**, a 3ª Câmara resolve, dar parcial provimento a ambos os recursos e, por unanimidade de votos confirmar a decisão proferida pela 1ª Instância que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação fiscal, excluindo da autuação a Nota Fiscal nº 35.470 uma vez que a exigência de selagem deve recair sobre a NF nº 35.472, destinada a acompanhar a mercadoria, referente à mesma operação, portanto cumprindo a finalidade de controle da operação, em seu conjunto; aplicar para as Notas Fiscais não escrituradas o art. 123, III, “m” da Lei nº 12.670/96 alterado pela Lei nº 16.258/2017 (20%) e para as Notas Fiscais escrituradas o art. 123, III, “m” combinado com o §12 da Lei nº 12.670/96 alterado pela Lei nº 16.258/2017(2%). Vale destacar que durante a ação fiscal não existiu cobrança do ICMS nas operações autuadas. Nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e contrária a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso os representantes legais da recorrente, Dr. Carlos César Sousa Cintra e Dr. Thiago Matos Linhares. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 15 (quinze) de dezembro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco **Wellington** Ávila Pereira  
**PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA**

**Ana Maria** Ribeiro de Farias Jorge  
**SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA**